



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 73/XI/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 02 dias do mês de Março de 2011, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*
2. *Discussão e votação da Acta n.º. 72, de 23 de Fevereiro;*
3. *Discussão dos Projectos de Resolução n.º. 307-XI-2<sup>a</sup>. (CDS-PP), que "Recomenda ao Governo que promova acções de sensibilização no sentido de evitar discriminação dos doentes portadores de esclerose múltipla e que promova mecanismos de adequação dos tempos de trabalho à incapacidade gerada pela doença" e n.º. 402-XI-2<sup>a</sup>. (BE), que "Recomenda ao Governo a regulamentação do Decreto-Lei n.º. 101/2006, de 6 de Junho, respeitante à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados";*
4. *Discussão do Requerimento do BE a pedir a audição do Ministro das Finanças em conjunto com a Comissão de Orçamento e Finanças;*
5. *Criação de um grupo de trabalho constituído por Deputados das Comissões de Saúde, Educação e Ciência e Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, sobre a formação e qualificação dos optometristas e regulação do exercício da actividade de optometria em Portugal;*
6. *Texto único para os Projectos de Resolução n.ºs 375 (BE), 381 (PSD), 386 (PCP), 394 (CDS-PP) e 396 (PEV), todos relativos ao transporte de doentes.*

11:00

*Audição da APOGEN, sobre o processo legislativo, "Prescrição por DCI" e "Reposição do PVP nos medicamentos".*

12:00

*Audição da Associação dos Farmacêuticos Hospitalares sobre o processo legislativo, "Prescrição por DCI" e "Reposição do PVP nos medicamentos".*

O Presidente iniciou a reunião dando conta das audições e audiências pendentes em Comissão.

No que se refere às visitas de trabalho, referiu que no dia anterior uma delegação da Comissão visitou o Hospital Doutor Fernando da Fonseca e os Centros de Saúde do Cacém e dos Olivais. Foi gratificante ter encontrado equipas de saúde altamente profissionalizadas, apesar das dificuldades, nomeadamente no Centro de Saúde do Cacém, que tem instalações inadequadas. Informou que a próxima visita da Comissão será à Zona Oeste, no dia 5 de Abril, para a qual espera uma elevada participação de Deputados.

No que se refere aos pedidos de audição da Ministra da Saúde foi decidido propor o dia 30 de Março para responder aos requerimentos do BE, PCP e PSD (oral), sobre as condições contratuais e regimes de trabalho no Hospital de Braga. Os pedidos de audição do PSD sobre a criação de centros hospitalares e do PCP sobre os programas verticais serão abordados numa outra reunião a agendar posteriormente.

O Presidente colocou à votação a redacção do Texto Final sobre a "*Dispensa gratuita de medicamentos após alta de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS*", a qual foi aprovada por unanimidade.

Após discussão, foi colocada à votação a Acta nº. 72, referente ao dia 23 de Fevereiro, que foi aprovada por unanimidade.

O Projecto de Resolução nº. 307-XI-2ª. (CDS/PP) que "*Recomenda ao Governo que promova acções de sensibilização no sentido de evitar discriminação dos doentes portadores de esclerose múltipla e que promova mecanismos de adequação dos tempos de trabalho à incapacidade gerada pela doença*" foi apresentado pelo Deputado João Serpa Oliva que começou por descrever as características e efeitos da Esclerose Múltipla. Trata-se de uma doença crónica, que afecta o sistema nervoso central, interferindo com a capacidade de controlar as funções da visão, locomoção e equilíbrio, que é diagnosticada em pessoas adultas, entre os 20 e os 40 anos, e que, de acordo com a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla (SPEM), se manifesta em mais de cinco mil pessoas em Portugal. A doença ocorre por surtos que vão de moderados a severos, causa muitos problemas laborais e, no limite, obriga os portadores da doença a abandonar a vida activa e a ficar com rendimentos baixos, porque leva ao despedimento ou reforma antecipada, com todas as implicações daí decorrentes. Sabe que a SPEM tem uma unidade de fisioterapia equipada com os mais modernos aparelhos, usada em patologias do foro psicológico, e que foi comparticipada pelo Estado, pelo que o CDS/PP recomenda a assinatura de protocolos entre o Estado e aquela entidade para racionalizar meios e potenciar sinergias.

Em resumo, o Projecto de Resolução nº 307/XI/2ª recomenda ao Governo que "*Promova acções de sensibilização no sentido de evitar a discriminação dos doentes portadores de esclerose múltipla*",

*"Promova a realização de estudos com vista à adequação dos tempos de trabalho e incapacidades geradas pela doença" e "Estude mecanismos de maior acessibilidade dos doentes portadores de Esclerose múltipla à dispensa de medicamentos, nomeadamente através de um projecto-piloto".*

O Deputado Luís Vales saudou o autor do PJR e reconheceu a necessidade de alterar a legislação de forma a contemplar os doentes com Esclerose Múltipla e a Deputada Maria Antónia Almeida Santos lembrou que já existe legislação que abrange as doenças incapacitantes, na qual está incluída a Esclerose Múltipla. O Deputado João Semedo disse que, embora não esteja de acordo com alguns aspectos descritos na exposição de motivos, concorda com as recomendações do PJR. A Deputada Paula Santos sublinhou que o impacto da doença é muito grande, designadamente no que diz respeito ao emprego, onde não há qualquer protecção, sendo a discriminação muito grande para os portadores daquela doença.

Assim, finda a discussão, o Projecto de Resolução nº 307/XI/2ª será remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

O Deputado João Semedo apresentou o Projecto de Resolução nº. 402/XI-2ª. (BE), que *"Recomenda ao Governo a regulamentação do Decreto-Lei nº. 101/2006, de 6 de Junho, respeitante à Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados"*, fez a apresentação do Projecto de Resolução nº 402, do BE, salientando a necessidade de regulamentar integralmente a legislação citada, dado que essa omissão tem obstado a que alguns projectos sejam aprovados. Para exemplificar essa falha, referiu o caso da "Associação Todos com a Esclerose Múltipla" (TEM), que tem um projecto concreto para instalar um Centro Multidisciplinar para Doenças Neurovegetativas, com vista a apoiar 36 utentes e que continua parado, por não haver regulamentação específica para o apoiar. Existem ainda outras associações e IPSS com o mesmo problema. Assim, o BE propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que: *"Elabore e faça publicar, com a urgência que se impõe, o diploma legal que regulamenta a identificação e a caracterização das várias unidades que integram a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (Decreto-Lei nº. 101/2006, de 6 de Junho) de forma a permitir a concretização de projectos de reconhecido interesse público, como é o caso, entre outros, do Centro Multidisciplinar para Doenças Neurovegetativas, da Associação Todos com a Esclerose Múltipla (TEM), em Braga"*.

Os Deputados Luís Vales, João Serpa Oliva, e Paula Santos manifestaram apoio à recomendação e lembraram que é da responsabilidade do Governo, não só a regulamentação, como assegurar que todos os doentes tenham os cuidados que necessitem.

Finda a discussão, o Projecto de Resolução nº 402/XI/2ª será remetido ao PAR para votação em Plenário, conforme dispõe o artigo 128º do Regimento.

Em seguida, o Deputado João Semedo apresentou o requerimento a pedir a audição do Ministro das Finanças em reunião conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças, sobre as contas do SNS, porque os números da Ministra da Saúde e do Ministro das Finanças não são coincidentes.

A Deputada Carla Barros disse que o PSD nada tem a opor à audição do Ministro das Finanças e felicitou o BE pela forma clara como apresentou o requerimento, salientando que a contradição nas contas do SNS justifica a audição. A Deputada Maria Antónia Almeida Santos informou que o GP do PS considera importante ter conhecimento cabal da despesa do SNS, muito embora esse assunto possa ser esclarecido no próximo dia 23 na reunião obrigatória com a Ministra da Saúde, parecendo-lhe desnecessário convocar o Ministro das Finanças para esse efeito, mas não será o PS a inviabilizar essa audição. O Deputado Bernardino Soares apoiou também o requerimento do BE que, depois de colocado à votação, foi aprovado por unanimidade.

Sobre a criação de um grupo de trabalho constituído por Deputados das Comissões de Saúde, de Educação e Ciência e de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública sobre a formação e qualificação dos *optometristas e regulação do exercício da actividade de optometria em Portugal*, o Presidente propôs que o GT fosse constituído por cinco Deputados, sendo dois da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, dois da Comissão de Educação e Ciência e um da Comissão de Saúde. O GP do PS indicou as Deputadas Luísa Salgueiro (efectiva) e Helena Rebelo (suplente), o GP do PSD indicou os Deputados Antonieta Guerreiro (efectiva) e Luís Vales (suplente), o GP do PCP indicou os Deputados Jorge Machado (efectivo) e Paula Santos (suplente) e o GP do BE indicou o Deputado João Semedo.

Quanto aos Projectos de Resolução nºs. 375 (BE), 381 (PSD), 386 (PCP), 394 (CDS-PP) e 396 (PEV), todos relativos ao transporte de doentes, que foram discutidos e votados em Plenário a 18 de Fevereiro, foi deliberado elaborar um Texto único para os vários PJR.

*Audição da Associação Portuguesa de Genéricos (APOGEN), sobre o processo legislativo, "Prescrição por DCI" e "Reposição do PVP nos medicamentos".*

*(audição integralmente gravada)*

O Presidente deu a palavra ao Dr. Paulo Lilaia, Presidente da APOGEN, que se fez acompanhar pelos Vice-Presidentes, Dr.s João Félix e Maria do Carmo Neves. O Dr. Paulo Lilaia, depois de disponibilizar documentação, fez uma apresentação em *power point* quanto à posição da APOGEN sobre os Projectos de Lei relativos à prescrição por DCI e à reposição do Preço de Venda ao Público nas embalagens de medicamentos.

Os Deputados Carla Barros, Defensor Moura, Isabel Galriça Neto, João Semedo e Bernardino Soares comentaram as intervenções e fizeram perguntas, que foram respondidas pelo Presidente da APOGEN. Na segunda ronda colocaram questões os Deputados João Semedo e Defensor Moura que foram respondidas pelo Dr. Paulo Lilaia e completadas pela D<sup>a</sup>. Maria do Carmo Neves.

*Audição do Presidente da Associação Portuguesa dos Farmacêuticos Hospitalares, no âmbito do processo legislativo referente à prescrição por DCI e à reposição do PVP nos medicamentos (audição integralmente gravada)*

A Dr.<sup>a</sup>. Aida Batista, Presidente da Associação Portuguesa dos Farmacêuticos Hospitalares (APFH), deu conta da posição da Associação que representa, referindo designadamente que apoia a prescrição por DCI e que esta é um imperativo, não só do ponto de vista técnico-científico como do ponto de vista de racionalização de recursos. Quanto à reposição do PVP nas embalagens dos medicamentos a APFH apoia a medida por questões de transparência e por respeito pelo direito dos doentes em saber qual o custo real do preço dos medicamentos. O Dr. José Feio, Farmacêutico dos HUC, que acompanhava a delegação da APFH, fez o enquadramento do assunto referindo que a prescrição por DCI já existe em ambiente hospitalar, mas nos cuidados primários deve ser acautelada a presença de farmacêuticos nos quadros das unidades, a criação do perfil farmacoterapêutico do doente e a implementação dos projectos de reconciliação terapêutica.

Os Deputados Maria José Nogueira Pinto, Defensor Moura e João Serpa Oliva comentaram a apresentação e colocaram questões, que foram respondidas pelo Dr. José Feio e completadas pela Presidente da Associação.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 Março 2011.

**O PRESIDENTE**

**(COUTO DOS SANTOS)**

## **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro  
Bernardino Soares  
Carla Barros  
Conceição Casa Nova  
Couto dos Santos  
Defensor Moura  
Fernando Jesus  
Isabel Galriça Neto  
João Semedo  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Maria José Nogueira Pinto  
Maria Luísa Santos  
Ricardo Gonçalves  
Rosário Águas  
Rui Prudêncio  
Teresa Fernandes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Rui Cruz  
Clara Carneiro  
Teresa Caeiro